

Expediente

Identidade!

Boletim do Grupo de Negr@s da EST/IECLB

Vol. 06, julho-dezembro/2004

Apoio: Federação Luterana Mundial – FLM

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 4.000 exemplares

Revisão: Luís M. Sander

Diagramação e impressão: Con-Texto Gráfica e Editora

Editora: Maricel Mena López

Responsáveis deste número: Selenir C. Gonçalves Kronbauer

e Willian K. de Oliveira

Editores: Maricel Mena-López e Ezequiel de Sousa

Endereço para contato: Boletim Identidade

Escola Superior de Teologia

Caixa Postal 14 – 93001-970

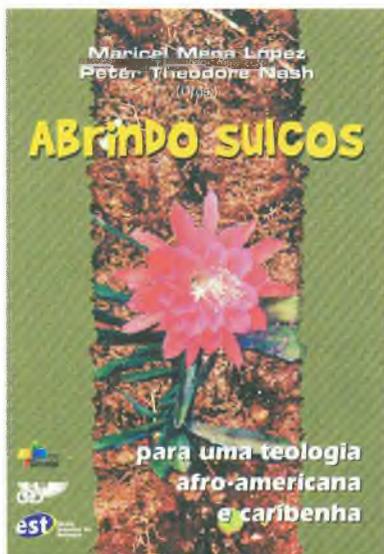
São Leopoldo – RS

E-mail: identidade@est.com.br

Sites: www.est.com.br



Aceita-se permuta :: Exchange is requested :: Wir bitten um Austausch :: Pídese canje



Informações:

Editora Sinodal

Tel.: (51) 590-2366

CEBI - Tel. (51) 568-2560

EST - Tel.: (51) 590-1455

Apresentação

O Grupo Identidade da Escola Superior de Teologia EST inicia seus trabalhos do ano de 2004 com muitos desafios. Além de participar ativamente da reunião anual da Revista de Interpretação Bíblica LatinoAmericana RIBLA, que ocorreu de 31 de maio a 05 de junho na EST, está trazendo nesta edição um tema que tem sido de grande relevância não só para a Comunidade Negra, mas para toda a sociedade brasileira: **“A Educação do Afro-descendentes no Brasil”**.

Como já foi anunciado no Boletim anterior, nossa intenção é diversificar as temáticas e trazer assuntos que contemplem outras áreas de estudos. Partindo dessa perspectiva, reunimos cinco textos que poderão nos subsidiar para iniciarmos um diálogo sobre a questão **“negritude e educação”**, questão esta que vem sendo seriamente pensada e discutida em alguns espaços, mas ignorada em outros. Queremos, nesta edição do Boletim Identidade, contribuir com a comunidade negra e não-negra no sentido de ampliarmos nossos conhecimentos e promovermos com mais força a conscientização da necessidade urgente de revermos nossos papéis de educadores/as e de formadores/as de opinião.

O primeiro texto, traz uma reflexão sobre os heróis e as heroínas que contribuíram na história das comunidades negras e não-negras no Brasil e outros países. Hoje, alguns foram esquecidos.

No segundo texto, desafiamos o leitor e a leitora a uma reflexão no sentido de analisar o processo que vem se instituindo no que se refere à questão das cotas e

as possibilidades efetivas de que alunos e alunas negras ingressem e concluíssem seus estudos na universidade.

No terceiro texto, o autor aborda as “Políticas Públicas em Educação de Comunidades Negras”, trazendo um pouco do histórico e da caminhada que visa a implementação de políticas públicas em nosso país.

O quarto texto nos remete a uma reflexão acerca da história contada nas classes escolares e as realidades encontradas no cotidiano. Este relato de experiência contribuirá, de forma significativa, no sentido de nos levar a direcionar o olhar para uma educação inclusiva quando nos dirigirmos à comunidade negra e não-negra.

O quinto e último texto apresenta alguns aspectos que situam a comunidade negra num modelo de educação eurocêntrica, que não tem contemplado os anseios e a história do povo negro. Apresenta-nos a trajetória dos Agentes de Pastoral Negros, como grupo de apoio, incentivo e estímulo para a busca da reformulação das práticas pedagógicas em todos os níveis de ensino.

Com base na Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, entendemos que se faz necessária e urgente a inclusão da disciplina sobre a História da África nos currículos escolares e universidades. No nosso caso, como Grupo Identidade da EST, estamos encaminhando solicitação de inclusão da cadeira de Teologia Negra no currículo da Graduação e Pós-Graduação em Teologia.

Uma boa leitura e reflexão para todos e todas.

Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer
Responsável Editorial



Caro/a leitor/a,

Nos alegra saber que estamos atingindo comunidades de várias partes do Brasil e do exterior. Através dos e-mails recebidos, percebemos que o boletim *identidade!* contribui para reflexões importantes em diversas áreas. Agradecemos às pessoas que nos enviaram mensagens,

em especial, Pa. Marli Brun de Ivoti/RS, Fábio Borges, Marcelo Augusto, Ella Arendt Muceniks Princeton Theological Seminary/ USA e demais leitores/as que prestigiam o boletim. Continuem nos enviando correspondências com críticas e sugestões.

Selenir C. Gonçalves Kronbauer

Grupo Identidade em reunião





Irmãos e irmãs em Cristo:

No mês de setembro celebramos a Semana Farroupilha, símbolo da honra e valentia gaúcha. Cada gaúcho e gaúcha conhece os sentimentos que esta data lhe traz. Traz memórias agradáveis de um tempo em que nossos antepassados lutavam por liberdade, igualdade e humanidade.

Quem não conhece a história de Bento Gonçalves ou de Anita Garibaldi? Penso que a maioria de nós já ouviu falar de seus nomes, pelo menos, bem como de outros heróis e heroínas de nossa história, da Revolução Farroupilha. No entanto, Bento e Anita não foram as únicas pessoas que lutaram na Revolução.

Aquele seriado que passou na Rede Globo, “A Casa das Sete Mulheres”, foi uma oportunidade de conhecermos outros heróis e heroínas que deram sua vida pela “causa” farroupilha, mas que, ainda assim, permanecem esquecidos e esquecidas de nós, esquecidos e esquecidas da história.

Recentemente, novos modos de fazer história preocupam-se com a vida cotidiana das pessoas, suas relações diárias, alegrias e tristezas. “A Casa das Sete Mulheres” pode ser entendida dessa forma: fala de pessoas “comuns”, como você e eu.

Inspirado nesta modalidade de fazer história, vamos lembrar o texto do bíblico de Dt 34.1-5, no qual

Moisés viu a Terra Prometida, mas não pôde entrar! Imaginemos Moisés, sobre o monte Nebo, olhando para o outro lado do Jordão, sem poder passar. Seus sonhos... Suas expectativas... Tudo abortado!

No entanto, toda a multidão que pereceu no deserto fica esquecida por nós. Esquecemos que toda uma geração pereceu, sem poder entrar na Terra Prometida. Lutaram ao lado de Moisés contra os amalequitas. Saíram do Egito com cânticos e tambores, louvando a Javé. Todos mortos! E nós? Nós os esquecemos.

Para o povo negro, a Revolução Farroupilha prometia o fim da escravidão. Os Lanceiros Negros foram combativos e destemidos durante toda a Revolução, mas seu pagamento foi uma morte covarde. Seus sonhos de liberdade, igualdade e humanidade foram enterrados com eles em Porongos. Mais uma geração se perdeu. Esta é a nossa história, que precisa ser contada. Nossos heróis e heroínas precisam ser lembradas.

Alguém já ouviu falar de Antônio Maceo e José Antonio Aponte? Ou da Macandal? Ou Marcus Garvey? Esta história não é contada. Precisamos contar como José Antônio Aponte formou uma rebelião de escravos em Cuba, em 1812. Contar

como sua cabeça foi exposta em Havana. Contar como Macandal foi um dos precursores da Revolução do Haiti, fazendo culto Vodú. Como esta resistência cultural uniu os haitianos para lutarem por sua liberdade.

Nós negros temos nossos heróis e heroínas oficiais também. Martin Luther King, Mandela, Malcolm X, Zumbi, Mariana Grajales, Anastácia e tantas outras lideranças negras no Brasil e no mundo. Mas hoje, queremos lembrar de pessoas que foram esquecidas, pessoas que conviveram conosco quotidianamente.

O relato da dracma perdida em Lc 15.8-10 nos mostra como a mulher busca a sua moeda perdida. Limpa a casa, revira os móveis. Esta é a nossa proposta: vamos vasculhar nossa história, procurando nossas “moedas de valor”, nossos companheiros e companheiras que estão esquecidas. Eles e elas nos acompanharam na luta por um mundo melhor, mas hoje não estão mais conosco. Ficaram pelo caminho.

Quero trazer alguns exemplos de pessoas próximas a nós. José Alípio Gonçalves Vegas foi um dos primeiros estudantes afro-descendentes que veio estudar na Escola Superior de Teologia (EST).

Ingressou no ano de 1979, vindo a desistir do estudo em 1984. Faz 20 anos que ele desistiu. Depois dele, muitos afro-descendentes ingressaram e desistiram de seu estudo na EST. A mulher da parábola tinha perdido sua moeda. Quanto tempo ficou procurando? Será que 20 anos são suficientes para esquecermos sua colaboração? Sua coragem de estudar em uma instituição como a EST, marcadamente étnica? Se for muito tempo, vamos lembrar pessoas que estudaram há pouco tempo, como o Juscelino dos Santos Lima (Baiano) e a Rosimar Dill. O tempo que permaneceram conosco foi suficiente para deixar marcas.

São tantos heróis e heroínas que poderíamos lembrar hoje aqui. Pessoas que de alguma forma colaboraram para a formação e transformação da EST. Quero, no entanto, lembrar o mais recente herói que ficou pelo caminho, Guilherme dos Santos. Ele nasceu na tradição da Igreja Assembléia de Deus. Ingressou na IECLB e veio estudar na EST em 2001. Militou no Grupo Identidade desde então. Ele desistiu do curso neste semestre. Será preciso perdermos as moedas para procurá-las depois? Ou podemos guardá-las com cuidado e carinho?

Esta história precisa ser contada, refletida e recontada. Para encerrar, quero dizer que a discussão da inclusão da História da África no currículo escolar precisa ser feita aqui na EST. No dia 13, foi lançado na UFRGS um Programa de Extensão que visa formar professores para o combate ao racismo. Segundo o painalista José Carlos dos Anjos, a universidade é uma instituição racista: em 1934, havia 2% de negros na universidade. Hoje, este percentual continua o mesmo. Precisamos contar nossa história, como símbolo de novos tempos. Somente assim poderemos mudar o caráter racista e sexista de nossas universidades, centros de formação e sociedade. Para podermos, então, dizer "Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra".

Notas

- 1 Texto apresentado no Culto do dia 29/09/2004, realizado na EST.
- 2 Ezequiel de Souza é estudante de Teologia na Escola Superior de Teologia (EST); estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); integrante do Grupo Identidade da EST.

Entre “laços e embaraços”

As opiniões se cruzam e tentam se distinguir

Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer¹

“É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”. (Munanga, 1986).

Muito se tem reivindicado e discutido, mas pouco se tem concretizado no que tange às conquistas almejadas pela comunidade de afro-descendentes em relação à educação e seus direitos em geral. Aos poucos, mas muito timidamente, o grupo de afro-descendentes vem se fortalecendo nas universidades, configurado como mais uma agremiação que busca seu espaço dentro da organização. Ainda que as portas se tenham mantido abertas para o diálogo, há, de certa forma, uma preocupação que acompanha todo o processo: até que ponto todo este movimento em favor da comunidade negra tem intenção de dar continuidade à expectativa de que seja possível fazer um resgate histórico e



moral da História? Assim como a luta histórica dos escravos e escravas no Brasil, far-se-á necessária ainda muita luta para que a comunidade negra realmente seja respeitada junto à população brasileira. “Se a história ensinada na escola souber contemplar também a vida vivida no dia-a-dia dos grupos menosprezados pela sociedade, então estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira integralmente realizada”².

Com orgulho, os imigrantes cantam e dançam em comemoração

às conquistas na América, dizendo: “A América que nós fizemos!” É do conhecimento de todos que, com o colonizador branco, o desenvolvimento econômico chegou mais rápido e com força no país, graças, principalmente, ao trabalho de afro-descendentes e indígenas. Um exemplo fantástico de resgate cultural acontece este ano com as comemorações dos 180 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil, em especial ao Rio Grande do Sul. Mas pergunto: e a comunidade negra o que fez? Qual foi o papel das negras e dos negros na construção desta América? Em que momento da história se comemora ou se conta esta contribuição? Talvez seja melhor perguntar: em que momento a comunidade negra ganha voz e vez para resgatar e contar sua história?

Continuamos “adormecidos” em relação à nossa história. Precisamos de mais referências. Afirmo esta questão depois de parar para pensar um pouco sobre a história da minha família em relação à

educação. Lá em casa, a educação sempre foi prioridade em todos os sentidos, desde os hábitos mais simples de cortesia para nos dirigirmos a alguém até a “obrigação” de irmos à escola, pois meus pais viam na educação o “passaporte” para sermos profissionais, para conquistarmos um espaço na sociedade. Diziam: “A herança que podemos deixar para vocês é a educação, o estudo, pois isto nunca lhes vão tirar”.

Conhecer a história e reconhecer-se nela torna-se um desafio para a comunidade afro-brasileira, tanto na escola como na família. Provavelmente o desafio maior seja o de reconhecer-se como parte “viva” da história. Um aspecto relevante, abordado por Regina Pahim Pinto, refere-se à questão da educação e família, tema desenvolvido em pesquisa, onde salienta que “não se pode falar numa atitude genérica da família negra frente à educação, pois a forma como é vista a educação, na perspectiva familiar, varia de acordo com o tipo de família e o momento histórico de referência.”³

Segundo a autora, a situação das famílias negras logo após a Abolição não permitia uma organização que pudesse valorizar a educação, garantir e manter os filhos na escola, pois os pais dependiam de recursos e de uma organização familiar. Muitas vezes, os pais não estimulavam os filhos a irem à escola, com o intuito de “preservá-los” de terem que enfrentar barreiras sociais. De acordo com Regina Pahim Pinto,

Florestan Fernandes, em *A integração do negro à sociedade de classes* (1964), destaca duas posturas da família negra frente à educação. Logo após a Abolição, quando, segundo o autor, a família negra enfrentava um estado de desorganização sóciopática, não havia condições para uma valorização da educação. “Os pais ignoravam a existência e a utilidade das escolas. Além disso, a freqüência à escola pressupunha pré-condições, como a existência de recur-

sos, de uma vida organizada, pré-condições estas que eram raras, dada a situação enfrentada pela família negra na época.⁴

Hoje, se pararmos para pensar, depois de tantos anos após a abolição, o povo negro ainda continua escravizado, explorado e discriminado. Apesar dos tempos terem mudado, a grande maioria das famílias negras brasileiras permanece na situação de miséria e na “desorganização sóciopática”, como refere Fernandes na citação acima. As lutas pela dignidade e pela igualdade estão cada vez mais fortes, o que se constata com a questão das políticas afirmativas, as cotas destinadas aos negros na universidade. Em alguns momentos, além da posição contrária de alguns, ouve-se a seguinte pergunta feita pelos próprios negros e negras: – “Que tipo de lei é esta que impõe e determina, mas não garante continuidade”? Sim, porque as cotas abrem as portas para alunas e alunos negros receberem a vaga nas universidades,

mas o “sonho” logo acaba para aqueles que, na impossibilidade de sustentar os demais gastos, desistem dos estudos.

Outro aspecto preocupante que se observa entre as lideranças negras se refere à continuidade dos movimentos, dos projetos, dos pareceres e das leis que, freqüentemente, perdem a força com a simples troca de governo.

O Senador da República Paulo Paim, em palestra sobre “O negro na universidade”, considera que as cotas estão configuradas como política de integração dos que sempre foram excluídos. Se observarmos a realidade das universidades em nosso país, os brancos ocupam 98% e os negros 2% dos espaços universitários, portanto, já se configura uma política de cotas. Segundo o Senador, o que hoje está sendo sinalizado é uma mobilização da sociedade, que está com um movimento de cidadania em defesa da política de cotas. Mas eu deixo uma pergunta para reflexão: o que fazer para sustentar os demais gastos e

garantir a permanência e a continuidade de alunas e alunos negros na universidade pública ou particular? Ficará isto a cargo do/a próprio/a estudante negro/a?

Notas

- 1 Mestranda em Teologia, Área Religião e Educação - EST; Especialista em Supervisão Escolar pela UFRJ, Licenciada em Pedagogia/Supervisão Escolar pela FEEVALE em Novo Hamburgo/RS. Coordenadora Pedagógica no Colégio Luterano Arthur Konrath em Estância Velha/RS; Professora no Curso de Pedagogia do Centro Universitário Feevale em Novo Hamburgo/RS; Pesquisadora do “Grupo de Pesquisa Identidade da EST”.
- 2 Petronilha Beatriz Gonçalves SILVA, ap. em Kabengele MUNANGA, *Superando o racismo na escola*, p. 161.
- 3 Regina Pahim PINTO, *A educação do negro: uma revisão bibliográfica*, p. 7.
- 4 Ibid.

Indubitavelmente, encontra-se no centro das agendas dos atuais governos brasileiros, em todos os níveis federal, estaduais e municipais, o desafio de proposição e implementação de políticas públicas como uma das formas de sanar ou atenuar as desigualdades históricas que viveu e vive grande parcela da população de nosso País.

Porém, raramente temos presente que o dar-se conta da necessidade de implementação de políticas específicas a grupos de uma determinada sociedade e seu desencadeamento, são decorrentes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas ONU. Esta Declaração Universal, resultante do desrespeito aos direitos inalienáveis da pessoa humana ocorridos nas décadas de 1930 e 1940, I e II Guerras Mundiais, declara, em seu Artigo 1º, que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Para aqueles que acham ser exagero de minha parte a ênfase nas desigualdades existentes na socie-



dade brasileira, à guisa de exemplo, o estudo de Maria Inês da Silva Barbosa, da USP, por exemplo, demonstrou como o racismo resulta em mortes na Grande São Paulo, onde a maioria dos/as negros/as morre na adolescência e juventude (56,7%) e de forma violenta (23,4%). De um ponto de vista menos genético, homicídio por armas de fogo é a quinta causa de morte de brancos (2,8%) e a primeira de negros/as (7,5 %). A quinta causa de morte entre negros/as é homicídio por agressão com objeto contundente (4,7%). Cacetada, em linguagem cotidiana, só perde para os infartos do miocárdio (6,1%). Aids (5,09%) e pneumo-

nia (5,04%) entre os negros/as (Jornal da Rede Feminista de Saúde, nº 23, Mar. 2001).

Pesquisa atual corrobora a de Maria Inês Barbosa da Silva quando comprova “a expectativa de vida dos negros e das negras brasileiras é seis anos inferior à dos brancos e brancas, eles têm 50% mais de chance de morrer de Aids ou de causas externas (acidentes e violência) e uma renda familiar média equivalente a apenas 42% da renda das famílias brancas”. Estes dados estão reunidos em um estudos da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), do Ministério da Saúde, apresentado no 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra, que foi realizado dia 18 de agosto do corrente ano em Brasília.

E ainda, segundo informações da PNAD/2001, o rendimento médio familiar *per capita* dos e das afro-descendentes de todo o Brasil foi de 1,15 salários mínimos, ao passo que o mesmo índice entre a população branca foi de 2,64 salários mínimos, perfazendo uma diferença de quase 196% favorável a este grupo de raça/cor. A taxa bruta de escolaridade entre os e as afro-descendentes, de todo o Brasil, foi

de 84%, frente a 89% entre os brancos. A taxa de alfabetização das pessoas maiores de 15 anos também apresentou variação positiva para o contingente branco (92,3%), quase 10 pontos percentuais superior ao ocorrido entre os/as negros/as, cujo índice de alfabetização foi de 81,8%.

Explicito que entendo políticas públicas como a “delimitação dos espaços de possibilidades de interlocução do Estado com o movimento da sociedade”, ou seja, a visão de que o Estado, como regulador da sociedade, cria políticas conjunto de normatizações, regras, ações, princípios que se materializam em programas, projetos, leis ou instituições (Dorneles, 1990).

A necessidade de implementação de políticas públicas em educação de negros e negras é uma luta histórica do movimento negro brasileiro, ou seja, o acesso e permanência no sistema formal de ensino sempre estiveram no bojo das lutas e reivindicações das entidades e grupos do movimento negro. Como consequência desta luta histórica, podemos perceber, atualmente, o debate e implantação de cotas para negros/as nas universidades uma das modalidades de políticas públicas.

Em nível federal, percebemos que, historicamente, a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Justiça criada em 1988, foi a primeira política público-governamental em prol da população negra brasileira. E, em nível educacional, destaco o Programa Diversidade na Universidade e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

O Programa Diversidade na Universidade, concebido em julho de 2001 quando das discussões que antecederam a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada, em 2001, em Durban na África do Sul, é uma iniciativa que o Ministério da Educação, inicialmente, por intermédio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica SEMTEC, começou a desenvolver em setembro de 2002, tendo-se ampliado a partir de julho de 2003. A partir de abril de 2004, com a reestruturação do Ministério da Educação, este Programa passou a fazer parte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD.

Este Programa tem por obje-

tivo apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação média e superior, por meio de políticas de acesso e permanência das populações afro-descendentes, indígenas e de outros grupos socialmente desfavorecidos. Ele é financiado por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Tesouro Nacional.

As ações contempladas no Programa visam: (a) apoiar a formulação, de maneira participativa, de políticas e estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica para a educação média e superior; (b) fortalecer a capacidade do Ministério da Educação para orientar a formulação das referidas políticas e estratégias; e (c) apoiar, desenvolver e avaliar projetos inovadores que possam contribuir para a formulação das referidas políticas e estratégias.

A própria criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD concretiza-se numa política público-educativa. Esta Secretaria, desde sua denominação, reflete sua tarefa e desafio, na medida em que pela primeira vez, na história do MEC, é criada uma secretaria que traz a “diver-

sidade” no próprio nome.

A SECAD constituída pelos Departamentos de Educação de Jovens e Adultos, de Avaliação e Informações Educacionais, de Desenvolvimento e Articulação Institucional, possui no Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania a Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional, que tem como objetivo elaborar e implementar políticas públicas educacionais que favoreçam o acesso e permanência de negros e negras em todos os níveis da educação escolar e fortalecer e valorizar a diversidade étnico-racial.

Entre as ações desta Coordenação de Diversidade e Inclusão Educacional está a realização de 21 fóruns com a temática "Educação e Diversidade Étnico-Racial", com a centralidade da modificação da Lei 9.394 de 1996, em seus Artigos 26-A e 79-B, por intermédio da Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Estes elementos ratificam a relevância da temática e do desafio da proposição e implementação de políticas públicas em educação de negros e negras em terras brasileiras.

Notas

- 1 Doutorando em Educação, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Licenciado em Filosofia, Bacharel em Teologia, membro dos Agentes de Pastoral Negros APNs/RS, Coordenador do Componente de Estudos e Pesquisas da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC.
- 2 DORNELES, Malvina do Amaral. **O Mobral como política pública:** a institucionalização do alfabetismo. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- 3 ADÃO, Jorge Manoel. **O negro e a educação Movimento e política no Estado do Rio Grande do Sul (1987-2001).** Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Cheguei ao Rio Grande do Sul pela primeira vez no ano 2000, atendendo a um convite para trabalhar durante quatro meses em Porto Alegre. Uma das primeiras pessoas gaúchas que conheci, para minha surpresa, era uma jovem mulher negra. A surpresa se devia ao fato de que, para quem vem do Nordeste, tem-se a idéia de que aqui no Sul do Brasil não há pessoas negras. O nome da jovem mulher negra é Carla, e pouco tempo depois nos tornamos grandes amigas. Foi ela quem me ajudou a conhecer um pouco mais da história rio-grandense pouco registrada. Cheguei ao Sul pensando que o povo gaúcho tinha descendência alemã ou italiana, e sequer sabia da presença lusitana. Carla logo me ajudou a perceber que a idéia preconcebida de que na Região Sul só há pessoas brancas com descendência europeia era um equívoco.

Talvez isso se deva aos regionalismos no estudo da história brasileira, mas certamente se pode des-

confiar dos interesses de quem fez o registro dessa história. Pois é de se imaginar que se cada região aprendesse um pouco sobre a história das demais, saberíamos que a presença do povo negro sob o regime vergonhoso da escravidão é responsável por grande parte do crescimento de muitas cidades, dentre elas a que foi chamada a “Princesa do Sul”: Pelotas.

Em Pelotas participei de alguns seminários sobre o tema combate ao racismo e pude ouvir testemunhos tocantes de pessoas negras, cuja ancestralidade bem recente, ou seja, bisavós, avós, mães e pais, e até mesmo algumas delas sofreram discriminação por sua cor. Ancestrais esses responsáveis pela boa fama de Pelotas como “Princesinha do Sul”, com seus casarios luxuosos e requintados, cujas famílias mandavam seus filhos estudar na Europa, donde posteriormente se constrói outra idéia preconcebida: de que os homens de Pelotas são efeminados. O fato é que alguns dos jovens voltavam da Euro-

pa falando educadamente e usando trajes de seda e outros tecidos da moda europeia. Tudo isso às custas do suor cansado de escravos e escravas que trabalhavam duramente nas charqueadas. Precisei vir ao Sul para descobrir que ao menos 13% da população gaúcha é negra e que Pelotas é a maior cidade em percentual de pessoas negras no Estado do Rio Grande do Sul.

Tem-se registro da presença do povo negro no Rio Grande do Sul desde o início de sua colonização, no século XVIII, por volta do ano de 1737, com a fundação do forte de Jesus-Maria-José, na que é hoje a cidade do Rio Grande. E é a partir daí que o povo negro participa das mais variadas atividades da então Província, como registra o professor Norton Figueiredo Correa, pesquisador da história das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul por mais de 20 anos.² Atividades como: criação de gado, transporte de cargas, guerras e revoluções, mercado de trabalho urbano em geral (artesanatos, serviços públicos e domésticos), agricultura, mas, sobretudo nas charqueadas. Entre o final do século XVIII e início do século XIX,

as charqueadas, espalhadas por todo o Estado, mas concentradas principalmente em Pelotas, tiveram o período de maior sucesso. Foi quando o número de pessoas negras na população rio-grandense aumentou, chegando a um percentual de cerca de 30%. Como registra Norton: “A riqueza que a mão-de-obra escrava produziu, em seu todo e ao longo do tempo, na verdade construiu a economia do Rio Grande do Sul”. Mas esse fato é pouco conhecido, como ele mesmo afirma:

Isso, entretanto, reflexo do forte racismo ainda reinante, é geralmente escamoteado pela história oficial, que prefere atribuir unicamente ao imigrante alemão e italiano o crescimento econômico regional. O que estes "historiadores" não dizem é que quando o imigrante chega, de 1824 em diante, encontra uma economia em franco andamento com estradas, cidades, transportes um Estado politicamente organizado, em suma contando, até então, quase que exclusivamente com a mão-de-obra negra.³

Esse relato certamente colabora na conscientização de que recuperar a memória da participação do povo negro na História é fundamentalmente importante para corrigir equívocos ensinados na história que aprendemos nas escolas, mas também, e principalmente, como reparação ao povo negro. Reparação aqui como um dos tipos relatados pela UNESCO BRASIL (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em seu pronunciamento datado de 11 de dezembro de 2002, no “Seminário Educação e Racismo no Brasil: Avaliação e Desafios no pós-Durban”, entendida também como “o dever de memória”⁴:

Nas pesquisas da UNESCO no Brasil, se insiste na importância de conhecer o fato, sim, mas considera-se que indagar mais como esse é percebido e representado, é vetor mais complexo necessário, pois é com valores, formas de conhecimentos e de sua construção que se produz ou se "deconstrói" lugares-comuns, estereótipos, pre-conceitos não assumidos, ver-

dades frágeis que muitas vezes são transmitidas por uma pedagogia museificada, de costas para sentimentos, vivências e expressões de criatividade.

A presença negra no Estado é muito perceptível desde uma breve caminhada no Centro da Capital, bem como também em visitas às instituições municipais de Porto Alegre. Em visita à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, por exemplo, fiquei surpresa com a quantidade de pessoas negras que lá trabalham, inclusive em cargos de chefia. O mesmo se deu quando conheci o diretor do Museu de Porto Alegre e também a Fundação de Assistência Social e Cidadania. Surpreendeu-me saber que pessoas negras aqui ocupam cargos de liderança certamente porque tiveram, dentre tantas sem a mesma sorte, acesso ao estudo em seus diversos níveis, coisa ainda muito incomum a muita gente brasileira, sobretudo pobre e negra.

Sou mulher negra, brasileira, nordestina, pernambucana e pobre, mas como algumas das pessoas que me causaram surpresa,

tenho o privilégio hoje de estar cursando um mestrado. Sinto-me privilegiada, é claro, mas compreendo que privilégio tem um correspondente: a responsabilidade. Sinto-me responsável por conhecer mais da nossa história para partilhá-la com outras pessoas, para que cada vez mais possamos nos aproximar de um fazer histórico mais consciente, sem omitir fatos importantes para a compreensão do que vivemos hoje.

Nosso saudoso Darcy Ribeiro, antropólogo ilustre, em seu livro *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, ajuda-nos a resgatar muito da história que se perdeu (ou que não se quis registrar), quando descreve a gestação étnica brasileira desde sua formação inicial. “[...] o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se faz, como por sua introdução sorrateira mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes.”⁵ Quantas pessoas têm consciência dessa afirmação?

Certamente é chocante ver, nos jornais televisivos ou mesmo

escritos, fatos que fazem emergir do subterrâneo quotidiano atitudes de preconceito e racismo. Quem não se entristece ao ler que uma pessoa foi morta porque, sendo negra, foi confundida com um marginal? E o pior, não nos enganemos, que ninguém tem isenção de desconfiar de uma pessoa negra e pobre que se aproxima de qualquer de nós. Isso está no inconsciente coletivo: “se é negro/a, pode ser marginal”, e isso muitas vezes é o que paira no olhar e no gesto de muitas pessoas.

Uma das características do racismo em nosso Brasil é a negação da existência do racismo em nossas terras. Faço minhas as palavras da diretora executiva da “Fala Preta!”, Organização de Mulheres Negras, a educadora popular e pedagoga Gláucia Matos: “É preciso acabar com a farsa de que vivemos numa democracia racial”, protestou. “O racismo no Brasil é um fato destruidor, que precisa ser enfrentado pela sociedade, pelo Estado e pelo poder público, pois temos uma combinação de ações violentas contra a população negra, especialmente contra jovens negros, que são levadas a cabo pelo aparelho do Estado atra-

vés da polícia e do Poder Judiciário.”⁶

Está mais do que na hora de trabalharmos com os diversos saberes para nos ajudarem a lidar com essa questão "tabu" ainda em nossos dias. Vejamos o que dados estatísticos de uma pesquisa, por exemplo, dizem-nos sobre a discriminação no Brasil:

“Conforme dados do Ipea, de 1999, a população negra representa mais de 64% dos 53 milhões de pobres do país, sendo que 69% destes são indigentes. O analfabetismo atinge 25% da população negra e 10% na população não-negra; no ensino superior os negros ocupam apenas 2% das vagas, enquanto 98% são ocupadas por não-negros; 52% dos domicílios ocupados por famílias negras não possuem saneamento básico, contra 28% dos domicílios ocupados por brancos; 63% das crianças que trabalham indevidamente no País são negras e 37%, não-negras. O trabalho escravo, o subemprego e o

desemprego afetam em maior índice os brasileiros afro-descendentes; quanto aos salários, as mulheres negras ganham menos que as mulheres brancas, estão na base da pirâmide da exclusão social e da miserabilidade da população brasileira. Fonte: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.”⁷

Também vale a pena conferir a pesquisa feita por Maria Aparecida Silva Bento, psicóloga social pesquisadora da USP, diretora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Diversidade, Ceert, e educadora especializada na área de relações raciais, cujos resultados foram publicados em seu livro *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*, pela Editora Ática.⁸ Pois além de nos ajudar a perceber como a dissimulação do racismo está arraigada em nosso cotidiano, também nos abre os olhos para a importância da psicologia no avanço de estudos sobre esse tema, quando afirma, por exemplo: “A história da psicologia está muito mesclada com isso, tem um forte viés racial.

Os manicômios surgem justamente com a abolição da escravatura e eram povoados por negros. Fonte: Conselho Regional de Psicologia de SP”.⁹

Para que tenhamos uma educação inclusiva, se faz cada vez mais necessária a integração dos diversos saberes. E como também se lê no pronunciamento da UNESCO, já citado antes: “[...] persiste o desafio por reflexão sobre como a educação e cultura, e, em especial, a escola, podem colaborar contra racismos e discriminações”¹⁰. Com essa reflexão fica o desejo de que se torne cada vez mais possível a construção de uma educação cada vez mais avessa a racismos e intolerâncias, considerando a riqueza que é a diversidade étnica e racial presente em todo o nosso grande Brasil, aproximando-nos da realização de “um outro mundo possível”, onde o respeito às diferenças será protagonista do fazer pedagógico mais criativo e humanitário.

Notas

1 Diácona da Diocese Anglicana de Pelotas, Diretora do Departamento de Missão da Secretaria Geral

da IEAB, mestranda em Teologia – na área Religião e Educação na EST, docente de Missiologia no Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke (SETEK), em Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

2 Conferir o capítulo 1 do livro *As Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul*, organizado por Ari Pedro Oro.

3 Ibid.

4 Ver site: www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2002/pos_durban/mostra_documento

5 RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro*, p. 114.

6 Extraído do site:

http://www.feranet21.com.br/acontecimentos/sociedade/racismo_no_brasil.htm, às 11 h 37 min do dia 10 de setembro de 2004.

7 Ibid.

8 Ibid.

9 Ibid.

10 Ver site www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2002/pos_durban/mostra_documento

O Brasil é o segundo país em população negra do mundo, só perdendo para a Nigéria. Mais da metade do povo brasileiro descende de povos africanos. Assim, as culturas africanas e afro-brasileira deveriam ser conhecidas, respeitadas e valorizadas, o que não acontece entre nós. Os currículos escolares costumam omitir totalmente a questão negra, de modo que os egressos da educação básica são quase que analfabetos no que diz respeito à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Da mesma forma, ainda não somos devidamente educados para estabelecermos relações étnico-raciais que respeitem não-brancos como cidadãos a pleno título.

A educação brasileira, por ser eurocêntrica, baseia-se na política discriminatória e de exclusão para com o povo negro, ao não incluí-lo nas suas preocupações. Os

afro-brasileiros não são contemplados com práticas pedagógicas adequadas que atendam suas especificidades, características, necessidades, nem com ações que tratem as relações étnico-raciais com seriedade. O nosso modelo de educação é alienante para a maioria do povo brasileiro que é negro. Esse modelo, responsável em grande parte pelo fracasso escolar de afro-brasileiros, contribui, também, de modo significativo para a existência de problemas de identidade e baixa autoestima na comunidade negra.

Para promover a educação das relações étnico-raciais, no âmbito de nossas escolas, a presença do educador de da educadora negra é extremamente importante. Muitos destes profissionais são participantes do movimento negro organizado, e vêm buscando, há muitos anos, construir um processo educativo inclusivo, sob a ótica étnico-racial,

para os e as afro-brasileiras.

A construção de uma educação que respeite e valorize as culturas do povo negro e promova o resgate de sua história, dando-lhes condições de apropriação dos conhecimentos pertinentes, é tarefa nada fácil.

A maioria das vezes, é no seio do movimento negro organizado que o professorado tem buscado capacitar-se para encarar o desafio de promover a educação das relações étnico-raciais. As instituições de ensino superior começam agora a entender a necessidade de voltar-se para essas questões, até porque é preciso cumprir a legislação vigente que estabelece as diretrizes curriculares que vêm atender, de modo especial, a realidade do povo afro-brasileiro.

A história dos Agentes de Pastoral Negros, no Rio Grande do Sul, nasce vinculada à preocupação com a educação das crianças e dos jovens negros/as. Foram os educadores APNs/RS os primeiros a denunciarem a presença, em livros

didáticos e de catequese, de conteúdos racistas, depreciativos e de figuras estereotipadas, relativas ao jeito de ser e de viver das pessoas negras.

Desde o início da caminhada, nós, educadores/as APNs/RS, vimos trabalhando em escolas do ensino fundamental e médio e, hoje, já contamos com um contingente significativo no ensino superior. Todos buscamos reformular as práticas pedagógicas, criando um novo ambiente escolar propício à formação da cidadania da comunidade negra. Em finais de semana, voluntariamente, um expressivo número de educadores e educadoras (formais e não-formais) atua nas periferias urbanas e no meio rural, especialmente em comunidades remanescentes de quilombos.

Na década de oitenta, construímos um projeto pedagógico alternativo, voltado para as comunidades extremamente empobrecidas, com o objetivo principal de resgate da cultura e da história do povo negro, visando a elevar a autoestima dos afro-brasileiros e a pro-

mover a cidadania das crianças e jovens negros/as.

A Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul tomou conhecimento desse projeto e, em 1986, desencadeou um trabalho semelhante nas escolas estaduais de nível fundamental, médio e supletivo, com o projeto "O Negro e a Educação". A assessoria prestada por professores integrantes de diferentes segmentos do movimento negro organizado ao Estado assegurou o êxito do empreendimento e a qualificação dos professores da rede pública estadual.

Criamos, por volta de 1990, o Coletivo Estadual de Educadores Negros, cujo objetivo maior é a qualificação de pessoal docente (professores e professoras de diferentes redes e níveis de ensino) sem a interferência dos sistemas escolares. O Coletivo é integrado por pessoas com formação de 2º e 3º graus.

Por toda a década de 90, foram acontecendo encontros e seminários, tendo como público professores e professoras negras que, a

partir desses eventos, passaram a fortalecer sua própria identidade. Começaram, por exemplo, a ter coragem para usar penteados e roupas com forte influência africana. Com a auto-estima em alta, esses educadores e educadoras se destacaram, ao falar com voz audível, a se manifestar em atividades de grupo, fato que até então era pouco comum. Tornaram-se agentes de transformação, atuando, em suas escolas e nas comunidades, como referências nas questões de negritude.

Outra estratégia importante do Coletivo é a formação da juventude negra, que, geralmente, estuda em escola do ensino médio localizada em periferias urbanas e que, infelizmente, pelo desconhecimento que tem do povo negro e sua trajetória, pouco ou nada contribui para a formação dos afro-brasileiros. Os jovens que participam do trabalho realizado pelos APNs/RS têm sua identidade fortalecida e, conseqüentemente, são jovens que começam a exigir da sociedade condições para alcançar a cidadania plena.

Alguns já ingressaram no ensino superior, outros preparam-se para nele ingressar. Como exemplo, temos o caso de um dos nossos jovens que foi selecionado para concluir o ensino médio nos Estados Unidos, concorrendo na seleção com colegas todos brancos de classe média alta, classificando-se em primeiro lugar. Essa juventude participa de cursos de formação, de aulas de reforço escolar, de cursos de qualificação profissional, especialmente informática, para combater o "apartheid" digital, que atinge em cheio os jovens afro-brasileiros. Todas essas ações são realizadas por educadores e educadoras negras voluntárias, porque se os alunos fossem depender de oportunidades de formação oferecidas pelas escolas públicas, não estariam hoje aptos para enfrentar os desafios que a sociedade oferece, e, muito particularmente, ingressar no mundo do trabalho.

No 6º Encontro de Educadores Negros, realizado em Porto Alegre em 1996, frei David Raymundo

dos Santos, da Pastoral Negra da Baixada Fluminense, atuou como assessor e apresentou as bases para a estruturação dos pré-vestibulares para negros/as e carentes. A partir daí, vários cursos foram sendo construídos no estado. Esses cursos, hoje disseminados por várias unidades da federação, desenvolvidos por lideranças negras com a presença de não-negros, constituem verdadeira revolução na área da educação. Mostram que os e as empobrecidas, a maioria negros e negras, tendo oportunidades, podem ser bem-sucedidos no ingresso nas universidades públicas, principalmente.

Vários alunos egressos desses cursos estão tendo êxito nos cursos escolhidos e outros tantos já começam a atuar como docentes dos pré-vestibulares, retribuindo com trabalho o que foi recebido como preparação para o ingresso no ensino superior. Mostram que, por meio de um trabalho sério e efetivo, a partir das bases é possível construir ações afirmativas para se superarem as desigualdades na área da educação

existentes em nosso país.

Também temos a consciência de que os alunos e as alunas aprovadas pelo sistema de cotas precisam de outras formas de apoio para levar a bom termo os estudos superiores, por exemplo: financiamento para garantir seu sustento durante o curso universitário, como é o caso de bolsas de estudo.

Hoje, temos pela frente um grande desafio: o cumprimento da Lei Federal nº 10639/03, normatizada pelo Parecer CNE/CP 003/2004 e Resolução CNE 01/2004, que se referem às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Coletivo está apto para atuar neste momento. Realizamos, no corrente ano em Porto Alegre, o 1º Seminário Estadual para o Ensino da Cultura e História do Povo Negro, tendo por objetivos: a) formar professores para a execução do art. 26^A da LDB; b) propor e discutir procedimentos para uma pedagogia

comprometida com o combate ao racismo e às discriminações: construir compromissos, a partir do reconhecimento da valorização da história e cultura dos negros na África e na diáspora, especialmente, no Brasil.

Aberto aos professores e às professoras dos sistemas escolares, negros/as e não-negros/as, o Seminário acolheu uma grande maioria de educadores e educadoras negras (aproximadamente, 95% dos presentes). Muito embora toda a divulgação feita em escolas, ainda prevalece a idéia de que isto é um problema dos negros e negras e assunto para a comunidade negra, e não da sociedade e da escola.

O cumprimento da Lei obrigará a uma revisão dos materiais didático-pedagógicos, a uma nova estratégia para a formação inicial e continuada de professores/as e gestores/as educacionais, a uma revisão dos princípios que orientam os projetos político-pedagógicos das escolas.

O Coletivo Estadual de Edu-

cadres Negros APNs/RS, atento ao significado e importância deste momento histórico para a educação brasileira e consciente do papel que aos afro-descendentes cabe desempenhar, está atuando de modo institucional, no:

a) Grupo de Trabalho, constituído por sete educadores de diferentes unidades federadas, constituído para acompanhar e avaliar a implantação e a implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

b) Grupo de Trabalho constituído pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana e Movimento Negro Organizado para planejamento e execução do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira, em desenvolvimento em Porto Alegre.

Nós, educadores e educadoras negras, trabalhamos para que a soci-

idade, verdadeiramente, reconheça e respeite a diversidade étnico-racial e cultural existente no Brasil. Trabalhamos para que a escola que queremos seja uma escola cidadã, onde todos têm lugar e possibilidade de se constituírem brasileiros/as de pleno título. Trabalhamos para que todos/as tenham acesso a uma escola de qualidade que desvele a grande contribuição dos africanos escravizados e dos afro-brasileiros para a construção da nação brasileira, que promova a elevação da auto-estima do e das afro-brasileiros e fortaleça sua identidade enquanto cidadãos e cidadãs.

Nota

1 É professora e Supervisora do sistema estadual de ensino (aposentada). Pós-Graduada em Educação na área de Supervisão Educacional. Coordenadora Estadual dos Agentes de Pastoral Negros APNs/RS do Regional Sul 3 da CNBB e do Coletivo Estadual de Educadores Negros APNs/RS.

Está acontecendo...

Conforme anunciamos no último Boletim Identidade, o PROFAMPA inicia sua programação promovido pelas seguintes entidades:

- * CENTRO ATABAQUE DE CULTURA NEGRA E TEOLOGIA
- * GRUPO IDENTIDADE – ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA – EST – SÃO LEOPOLDO, RS
- * PASTORAL AFRO – CNBB/NACIONAL
- * REGIONAL SUL 3 – CNBB/APN'S, RS

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES/AS PARA PASTORAL AFRO (**PROFAMPA** – 2004/ 2005)

“O Programa de Formação de Agentes Multiplicadores/as para Pastoral Afro (PROFAMPA), tem por objetivo capacitar pessoas que despertam para a realidade negra nas comunidades, disponibilizando-lhes um conteúdo sistemático que permita uma ação eficaz junto às mesmas comunidades”.

I MÓDULO: *Análise de Conjuntura Afro, História da África e Práticas celebrativas* (30 e 31 de outubro de 2004).

Local: Centro de Espiritualidade Pe. Arturo CEPA – São Leopoldo/RS.

II MÓDULO: *Identidade Afro-brasileira e Bíblia* (05 e 06 de março de 2005).

III MÓDULO: *Comunidade Negra e Diálogo Afro-inter-religioso* (04 e 05 de junho/2005).

IV MÓDULO: *Comunidade Negra: Igrejas e Políticas de Ação Afirmativas* (10 e 11 de setembro/2005).

OBSERVAÇÃO: As vagas para este curso estão preenchidas.